



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

APELAÇÃO CÍVEL Nº. 0040331-2

APELANTE : Maria de Fátima Cosme de Oliveira

APELADO : Prefeitura Municipal de Lajedo

RELATOR : Des. Francisco Bandeira de Mello

5524  
5525  
5526

**EMENTA:** PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL EM MANDADO DE SEGURANÇA. ESTABILIDADE FINANCEIRA. CARGO EM COMISSÃO. SERVIDORA NÃO EFETIVA À ÉPOCA DO FATO GERADOR DO DIREITO À ESTABILIDADE FINANCEIRA. REGIME CELETISTA. IMPOSSIBILIDADE. VEDAÇÃO LEGAL. VANTAGEM DEFERIDA APENAS AOS SERVIDORES ESTATUTÁRIOS. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. VOTAÇÃO UNÂNIME. 1. A legislação de regência assegurava a estabilidade financeira em gratificações e comissões percebidas a qualquer título, fazendo-o, todavia, apenas para servidores com vínculo efetivo no serviço público. 2. O deferimento de estabilidade financeira em casos que tais - e assim o é na generalidade dos casos - somente poderia ser concedido a servidores com vínculo efetivo para com a Administração Pública, de modo que carece a impetrante, ora apelante, de direito líquido e certo à percepção da vantagem em foco.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da apelação cível nº 0040331-2, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, negar provimento apelo, para indeferir o pedido de concessão de estabilidade financeira, em ordem a manter o dispositivo denegatório da segurança, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 27 de janeiro de 2010 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
OITAVA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0040331-2

COMARCA : Lajedo

APELANTE : Maria de Fátima Cosme de Oliveira

APELADO : Prefeitura Municipal de Lajedo

RELATOR : Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **Apelação Cível** interposta em face da sentença prolatada pelo Juízo da Vara Única da Comarca de Lajedo (fls. 55/59) nos autos do Mandado de Segurança nº. 7.386/97, que **denegou a segurança** pleiteada pela impetrante, servidora pública municipal, pleito este consistente na **restabelecimento da parcela percebida pela apelante a título de estabilidade financeira**, reconhecida por meio de portaria expedida pelo chefe do executivo municipal da época (fl. 08) e que restou suprimida pelo sucessor do antigo prefeito.

Sustenta a autora ter obtido, em **02.12.1996**, o **reconhecimento administrativo ao adicional de estabilidade financeira**, relativo ao exercício, ininterrupto, dos cargos em comissão de Secretária de Administração e Planejamento da Prefeitura de Lajedo (entre 02/01/1989 e 04/01/1993) e de Secretária de Finanças do Município (entre 04/01/1993 e 31/12/1996), com símbolo CC-6, nos termos da Lei Orgânica do Município de 1990 (art. 72), da Lei Municipal nº. 807/1990 (art.2º) e da Lei Complementar Estadual nº. 03/1990 (art. 1º, inciso XVIII).

Entende, ainda, que a gratificação foi definitivamente incorporada ao seu patrimônio, impedindo assim que com a mera mudança de gestão da prefeitura, fosse suprimido o seu direito à percepção da referida estabilidade financeira.

Aduz o impetrado nas suas informações (fls. 28/31) que ingressou no serviço público municipal como **contratada**, sem vínculo efetivo, para exercer as funções de **escriturária em 01/03/1977**, sem contudo haver prestado concurso para o referido cargo, conforme documento de fl. 32.

Prossegue argumentando, que o pagamento da estabilidade financeira da impetrante fora suspenso, uma vez que o dispositivo no qual se baseia o seu direito, qual seja o art. 98, inciso XVII, da Constituição do Estado de Pernambuco, encontrava-se suspenso por força de medida liminar proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de ADI nº. 199-PE.

O membro do Ministério Público com atuação no 1º grau de jurisdição ofertou parecer opinando pela denegação da segurança.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

Nesta sede recursal (fls. 61/71), reitera o apelante os termos da exordial, insistindo em que lhe seja atendido o referido pleito em respeito ao direito adquirido e à legalidade da percepção da estabilidade financeira (regida pelas leis que vigoravam quando da concessão da estabilidade).


Em sede de contra-razões (fls. 80/81), pugna o Município pelo improvimento do apelo e a conseqüente manutenção da sentença recorrida.

O Ministério Público com assento nesse Tribunal opinou (fls. 90/92) pelo provimento do apelo.

É o relatório.

Tendo em conta tratar-se de apelação aforada em sede de **Mandado de Segurança**, no qual dispensa-se a revisão, por força da diretriz contida no art. 17 da Lei Federal nº. 12.016/2009, determino a inclusão em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 18 de janeiro de 2010.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº. 0040331-2**

**APELANTE : Maria de Fátima Cosme de Oliveira**

**APELADO : Prefeitura Municipal de Lajedo**

**RELATOR : Des. Francisco Bandeira de Mello**

**VOTO**

Conforme bem assinalado pela sentença *a quo*, a legislação de regência assegurava a estabilidade financeira em gratificações e comissões percebidas a qualquer título, fazendo-o, todavia, apenas para servidores com vínculo efetivo no serviço público.

Logo, não se há de exigir que a vantagem remuneratória suscetível de gerar direito à estabilidade financeira seja atribuída a servidores não efetivos, regidos pela CLT.

No caso dos autos, a autora passou à condição de servidora efetiva apenas em 28 de dezembro de 1995, conforme faz prova o Termo de Posse acostado às fls. 39.

Assim, não aproveita à impetrante o tempo de exercício (em cargo comissionado) anterior à sua investidura em cargo efetivo.

De resto, tendo sido a mesma exonerada do cargo em comissão de Secretária de Finanças em 31 de dezembro de 1996, é fora de dúvida que a impetrante não perfez o lapso temporal necessário à percepção de estabilidade financeira, independentemente de qualquer discussão sobre a constitucionalidade e/ou eficácia das normas que, no passado, instituíram esse tipo de vantagem remuneratória.

Ou seja, o deferimento de estabilidade financeira em casos que tais – e assim o é na generalidade dos casos – somente poderia ser concedido a servidores com vínculo efetivo para com a Administração Pública, de modo que carece a impetrante, ora apelante, de direito líquido e certo à percepção da vantagem em foco.

Ante o exposto, **nego provimento** ao apelo, em ordem a manter a sentença de primeiro grau.

Recife, 28 de janeiro de 2010.

**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator